

Tucanos condenam tentativa de uso eleitoreiro dos recursos do Fust

O líder do PSDB na Câmara, deputado **João Almeida (BA)**, classificou nesta quinta-feira (27) de “bandalheira” e “arremedo às vésperas da eleição” o projeto de lei do governo federal que pretende usar recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para, supostamente, ampliar o acesso à internet de banda larga em escolas públicas. Segundo o tucano, há nítido interesse eleitoral do Planalto na proposta, em pauta no plenário da Câmara.


Segundo o parlamentar, o Brasil precisa de um verdadeiro programa de universalização de internet rápida para combater as desigualdades regionais. Para ele, esse tipo de acesso deve chegar a todos os lugares, senão essas diferenças ficarão ainda maiores.

Já o líder da Minoria na Câmara, **Gustavo Fruet (PR)**, alertou que o governo usou os recursos do Fust para outra finalidade. Dos R\$ 7,6 bilhões arrecadados pelo fundo de 2001 a 2009, restam em caixa apenas R\$ 3 milhões, segundo dados do Siafi. O restante foi contingenciado para a formação do superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida).

João Almeida lembrou ainda que o dinheiro para a

inclusão digital ficou disponível ao longo de toda a gestão do PT. “O governo teve tempo suficiente durante quase oito anos para fazer um plano de banda larga”, completou Almeida, que reiterou a cobrança por um programa concreto de expansão da banda larga, a exemplo do ocorrido com a telefonia fixa e celular. Ele afirmou ainda que o mundo inteiro discute a universalização de forma amadurecida, e não de uma hora para a outra, como o governo Lula tenta fazer.

Especialista no setor de telecomunicações, o deputado **Julio Semeghini (SP)** defendeu mais transparência na aplicação dos recursos. Segundo ele, o governo quer aprovar o projeto em época de eleições para fazer campanha política. “É uma vergonha. A nossa preocupação é que o governo faça uso político e partidário dos recursos do fundo sem critério nenhum”, alertou.

O tucano criticou também a escolha, por parte do Planalto, dos 163 municípios que serão contemplados com o programa de acesso à internet sem fio. Desses, 161 são comandados pela base do governo Lula, de acordo com o edital lançado pelo Ministério das Comunicações no final de abril. 

“O governo está chamando, inadequadamente, o projeto de banda larga nas escolas. Na verdade é bandalheira na banda larga. O Planalto quer ter acesso ao dinheiro do Fust para promover ações eleitoreiras e sem transparência.”

■ Dep. **João Almeida (BA)**, líder do PSDB

■ Editorial ■

“A prioridade do novo boletim será a divulgação das ideias e propostas do PSDB e dos pontos de vista das suas bancadas de deputados e senadores.” De autoria do ex-deputado federal Custódio Mattos, atual prefeito de Juiz de Fora (MG), essa frase foi publicada na primeira edição do “Diário Tucano”, que circulou em 7 de maio de 2003. Passados pouco mais de sete anos, o boletim chega hoje, renovado, ao número 1.500.

Além de buscar atingir essa prioridade apontada pelo então vice-líder do PSDB, o “DT” foi além, ao refletir em suas páginas a oposição responsável e coerente da legenda ao Palácio do Planalto. Ao longo de todo esse tempo, o boletim denunciou dezenas de desmandos do governo Lula e apontou soluções para os principais problemas que afligem a sociedade brasileira. E mais: registrou os principais fatos que entraram para a história do Congresso Nacional no período, a exemplo da derrubada da CPMF, em dezembro de 2007.

Sintonizado com as mudanças no modo de fazer jornalismo ocorridas nos últimos anos, o DT inaugurou, em abril último, uma nova fase de sua trajetória. Lançou uma nova diagramação – mais leve, informativa e integrada ao blog na internet – uniu forças com a Rádio Tucana e reformulou a newsletter enviada diariamente a internautas de todo o país. O boletim também fortaleceu sua presença no Twitter, a principal rede social do momento. Em breve, colocaremos no ar a nova versão do blog das bancadas do PSDB na Câmara e no Senado.


Nesta data especial, gostaríamos de destacar a fundamental colaboração dos parlamentares, seus assessores e equipes das lideranças tucanas nas duas Casas para que o “Diário Tucano” atinja seus objetivos. Agradecemos, também, a todos os nossos leitores de Norte a Sul. Vamos juntos rumo ao número 2000.

Silvio Torres: isenção de impostos para a Copa deve ser melhor discutida

O deputado **Silvio Torres (SP)** participou, nesta quinta-feira (27), de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, onde discutiu com representantes da Receita Federal o projeto que trata das isenções fiscais exigidas pela Fifa para a Copa de 2014. Enviada ao Congresso pelo Executivo anteontem, a proposta precisa, segundo o tucano, ser analisada de forma criteriosa, já que há alguns pontos polêmicos.

De acordo com o deputado, a grande preocupação é que a isenção para construção e revitalização de estádios só valerá a partir de 2011, mesmo com a maioria das obras bastante atrasadas. “Há uma pressão grande para que os estádios adiantem as obras em virtude do cronograma. Mas se eles tiverem que fazer isso aceleradamente, vão perder os benefícios. Possivelmente surgirão emendas para alterar esse ponto do projeto”, previu Torres, presidente da subcomissão que acompanha e fiscaliza a organização da Copa.

Segundo ele, é preciso esclarecer ainda qual será o custo-benefício para o país com essa isenção, já que só a União deve deixar de arrecadar cerca de R\$ 900 milhões entre 2011 e 2014. “A expectativa é que a renúncia desse montante se justifique por todo movimento econômico gerado pelo evento. Mas o número real ainda é alvo de especulação”, acrescentou o deputado.

A Receita prevê que dos R\$ 900 milhões que deixarão de ser arrecadados com a isenção, R\$ 340 milhões serão relativos a deduções fiscais de obras nos estádios. O restante deixará de ser recolhido nas demais atividades e operações relacionadas ao evento. O valor não inclui a renúncia do Imposto Sobre Serviços (ISS), que é arrecadado por municípios e o Distrito Federal, nem a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que poderá ser concedida pelos estados. 

Como seria



→ *Estarão livres do pagamento de impostos itens como alimentos, combustíveis, medicamentos, equipamentos esportivos e serviço de transmissão de som e imagem. Um outro projeto enviado pelo Executivo ao Congresso autoriza as cidades-sede da Copa a concederem isenção do ISS em operações relacionados ao evento. Os estados ficarão livres para decidir se irão cobrar ou não o ICMS nas mesmas situações.*

País precisa melhorar ensino de ortodontia, alerta Professora Raquel Teixeira

A pedido da deputada **Professora Raquel Teixeira (GO)**, a Comissão de Educação e Cultura promoveu nesta quinta-feira (27) audiência pública para discutir a baixa qualidade do ensino de ortodontia no Brasil e suas consequências para a saúde bucal da população. A parlamentar ressaltou a importância de debater esse tema e disse que o objetivo da reunião era discutir as causas e apontar soluções para minimizar o ensino ruim nessa área, algo que afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados à população.

Segundo a parlamentar, a Associação Brasileira de Odontologia (ABO) está preocupada com a situação porque essa é uma área sensível, com consequências diretas para a saúde bucal do paciente. De acordo com Raquel, os representantes da área defendem uma regulamentação mais rigorosa. Isso porque, segundo parâmetros internacionais, a exigência do número de horas para a especialização na área é muito baixa no Brasil.

“O Conselho Nacional de Educação regulamenta todos os cursos de especialização com menos de 400 horas. E, no exterior, uma especialização em ortodontia exige de mil a duas mil horas, no mínimo. Portanto, a Associação Brasileira de Odontologia quer, especificamente na área de ortodontia, essa regulamentação”, explicou Raquel, que pediu providências para corrigir as falhas no setor.

Segundo ela, a audiência foi importante, pois se discutiu um problema que traz consequências para a saúde bucal e um histórico de problemas traumáticos na vida de muitos pacientes por causa de erros de dentistas, da baixa qualificação desses profissionais e da exigência insuficiente na carga horária para a especialização. Também participaram da audiência representantes dos ministérios da Saúde e da Educação, Conselho Federal de Odontologia e Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial.  

Leia também em nosso blog:

- Ex-segurança da Bancoop confirma desvio de dinheiro para o PT
- Marisa Serrano propõe Semana Nacional de Doação de Leite Humano

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Rafael Secunho ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Arthur Filho, Djan Moreno, Letícia Bogéa e Renata Guimarães ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Fotos: Eduardo Lacerda

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://diariotucano.blogspot.com> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>